



A INSTRUÇÃO FEMININA COMO DOTE MODERNO: estudo comparado entre Brasil e Portugal na virada do século XIX

ELIZABETH SOUSA ABRANTES¹

Introdução

As historiografias brasileira e portuguesa se ressentem da falta de pesquisas sobre o simbolismo do dote com ênfase em seus aspectos culturais, que expliquem como o costume entrou em declínio ao longo do século XIX e desapareceu no século XX, assumindo, nos discursos, um novo sentido relacionado aos valores educacionais, estéticos e simbólicos. A abordagem sobre os dotes da educação ou do espírito contribui para a análise sobre a educação feminina na perspectiva dos estudos de gênero, enfatizando as diferentes práticas e sentidos da educação escolar de homens e mulheres no contexto da virada do século XIX para o século XX, os papéis sociais que lhes são atribuídos, lançando novos olhares sobre as mudanças na sociedade, nos comportamentos femininos e masculinos, nos modelos de família, casamento, profissão e trabalho que marcam esses contextos históricos do Brasil e Portugal.

A presente pesquisa que relaciona dote e educação no âmbito da história cultural e dos estudos de gênero vem permitindo novas análises sobre a condição e educação femininas no Brasil, com desdobramentos para estudos sobre dotes estéticos, dotes profissionais, com ênfase nos comportamentos femininos, moda, beleza, casamento e os novos arranjos dotais. O objetivo do estudo é apresentar alguns discursos de mulheres escritoras e professoras sobre a educação feminina na virada do século XIX para o século XX, que permitiram ressignificar a instrução como o dote moderno das mulheres das camadas médias e altas. A abordagem sobre dotes educacionais enfatiza mudanças sociais e no comportamento feminino, no sentido da educação que pretendia dotar as mulheres de conhecimentos intelectuais para o melhor cumprimento dos seus papéis de mães e esposas, mas que também poderia mobilizar tais conhecimentos para novas conquistas no espaço público. O estudo se pautou na análise comparada dessa temática nas sociedades brasileira e portuguesa, analisando as obras de algumas escritoras do período que se destacaram na defesa da educação feminina, como as

¹ Professora da Universidade Estadual do Maranhão. Doutora em História Social (UFF).



portuguesas Ana de Castro Osório e Emília de Sousa Costa, e a brasileira Júlia Lopes de Almeida.

1. Escritoras Luso-brasileiras e o Dote da Educação

A elevação da instrução feminina se tornou a bandeira dos que defendiam os direitos das mulheres, tanto no Brasil como em Portugal na virada do século. As primeiras feministas defendiam a elevação da instrução das mulheres para que se tornassem melhores mães e pudessem sobreviver de uma atividade honesta em caso de necessidade, assim como, nos meios sociais mais elevados, os homens ilustrados encontrassem esposas mais cultas para serem suas companheiras no corpo e no espírito.

Na virada para o século para o século XX, momento que antecedia o feminismo organizado e militante, em que o feminismo como ideia se disseminava nas sociedades brasileira e portuguesa, a palavra de ordem dos/as defensores/as do “sexo feminino” era educar a mulher para todos os embates da vida, ou seja, a educação como fator de segurança econômica e para a “maternidade competente” de melhor desempenho dos deveres de mãe (BESSE, 1999, p. 123).

Nesse contexto de mudanças políticas, urbanização e crise do patriarcado, portuguesas e brasileiras, nos dois lados do atlântico, representavam o maior percentual nas taxas de analfabetismo, em média 85%, o que restringia ainda mais suas possibilidades de participação ativa no meio social e suas perspectivas para escolhas profissionais. No entanto, foi nesse período que se multiplicaram os escritos de autoria feminina, tanto em periódicos, como em obras autorais de ficção ou pedagógicas. As escritoras e professoras foram a vanguarda nessa luta pela elevação do estatuto legal da mulher na sociedade, estando à frente da criação de associações femininas, revistas e jornais, que foram instrumentos importantes na campanha em prol dos direitos das mulheres (ESTEVEVES, 2001).

1.1 Emília de Sousa Costa (1877-1959)

A escritora, professora, conferencista e feminista militante, Emília de Sousa Costa², nasceu em Lamego, ao norte de Portugal. De origem burguesa, era para as mulheres desse grupo social, especialmente, que dedicava as suas obras. Foi uma escritora que dedicou suas

² Seu nome completo é Emília da Piedade Cardoso Teixeira Lopes de Sousa Costa.



obras aos temas da mulher e da criança, como era comum nesse período, e sua vasta obra literária inclui contos, novelas, romances, obras pedagógicas, além de ter realizado várias palestras e conferências, inclusive no Brasil, e ter escrito relatos com as impressões de suas viagens.

Destacamos as obras *A Mulher no Lar* (1916), *A mulher. Educação Infantil* (1923) e *A Mulher Educadora* (1945), pelo destaque aos temas ligados à educação da mulher, na defesa de uma educação capaz de lhe dar autonomia para o melhor cumprimento dos seus deveres, como a educadora dos filhos. As obras utilizadas neste estudo são exatamente aquelas dedicadas à educação feminina, cujo caráter didático e moralizador tinham como objetivo transmitir o ideário sobre o lugar da mulher na sociedade, não mais como inferior e submissa ao homem, mas como uma companheira à altura das necessidades da vida moderna. Seu discurso feminista traduzia as preocupações do momento com os papéis femininos, em sintonia com o pensamento moderado de grande parte das feministas da época.

O feminismo da escritora era pautado na busca da igualdade entre homens e mulheres na inteligência e na educação, para mostrar que a mulher que cultivava o espírito não vai descuidar de seus deveres com a família, e poderá trabalhar se necessário, mas manterá seu carinho e cuidado pelo esposo e pelos filhos. Para Emília, a mulher moderna já não era um *bibelot* de adorno, e devia dedicar-se a trabalhos práticos, os quais sendo necessários poderiam ser o seu ganha-pão. Para isso, era necessário que os pais dessem uma sólida e prática educação a suas filhas, fazendo com que as mesmas conhecessem a superioridade do seu sexo.

Sua defesa da emancipação social e cultural da mulher não coadunava com as ideias que denominava de “falso feminismo”, contrário à “natureza dos sexos”. Assim como outros críticos, respondia com ironia às ambições femininas de adentrar na política e profissões tidas como exclusivamente masculinas.

Assim... eles o afirmam – enquanto o marido aleitará a biberon o filho mais pequenino (porque a natureza não entrará em acordo com a revolucionária) e dará ordens para o jantar, fiscalizará a cozinha, remexerá os estrugidos nas caçarolas e nas horas de lazer tocará piano –, a senhora, entalando no olho direito o seu monóculo perturbador, chupando gulosamente o seu havano, empunhando a sua bengalinha de sândalo, irá para o ministério regular os altos problemas do Estado!... (COSTA, 1923: 15-16)



A escritora defendia uma educação mais elevada para a mulher, mas não a queria ver envolvida no universo da política, porque considerava contrário à sua natureza. Segundo Nogueira (2013), Emília de Sousa Costa é ao mesmo tempo progressista e conservadora, o que correspondia bem a sua condição de burguesa educada e letrada.

Esta autora não fala em emancipação absoluta, nem na possibilidade de a mulher poder decidir, sem qualquer restrição, que vida deseja para si; é no lar e na maternidade que a mulher, mais sensível e mais fraca fisicamente do que homem, encontra a sua verdadeira natureza. Mas, e nisto Emília de Sousa Costa já está de acordo com as demais feministas e com o pensamento moderno e contemporâneo mais avançado, é necessário ter em conta os direitos das mulheres que se veem obrigadas a trabalhar fora de casa (NOGUEIRA, 2013:163).

Na obra *A Mulher: educação infantil*, de 1923, resultado da conferência realizada no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, a autora fala do seu entusiasmo pela mulher brasileira, que recebera das suas ancestrais portuguesas os seus “dotes preciosos”. Enfatizou em seu discurso que a alma de uma nação é a alma da mulher mãe, que é a educadora. Se colocava ao lado das “feministas razoáveis”, e sua crítica do problema feminista era direcionada especialmente à educação errada que ainda era dada às mulheres, pois enquanto o homem progredia, acompanhando as mudanças do mundo, ainda não era admitido que o espírito da mulher evoluísse, acompanhando o progresso do seu companheiro e se adaptando às modificações universais (COSTA, 1923: 28).

Fazia a defesa da educação para o trabalho, pois acreditava que nem todas as mulheres conseguem ter um lar, o amparo masculino, ou podem ser mães, restringindo o seu papel ao âmbito doméstico. Portanto, recomendava que se facultassem ao “sexo fraco” todas as carreiras em que, sem prejuízo da sua feminilidade, a mulher pudesse ganhar honradamente o seu pão. “Contam-se por milhões os indivíduos do sexo feminino que necessitam de trabalho para auxiliarem seus pais e seus maridos. São legiões as que nas oficinas, nos lares alheios, nas fábricas, nos laboratórios, nas minas, nos campos, trabalham dia e noite” (COSTA, 1923: 36).

A obra *A Mulher no Lar: a arte de viver com economia*, cuja primeira edição é de 1916, se destina especialmente às mulheres das classes pobres ou da pequena burguesia, que tendo poucos meios, precisavam “viver com economia e decência”. A escritora trata nessa obra de temas relacionados aos cuidados da casa, com conselhos sobre limpeza, conservação dos móveis, e até receitas culinárias. No capítulo “A Educação da Mulher”, diz que a base da família é a mulher, e da educação desta depende o futuro da pátria e da humanidade. Explica



que as opiniões em relação a educação da mulher em Portugal, naquele momento, oscilam em dois extremos: de a conservar escravizada ao domínio e caprichos masculinos, deixando-a no atraso intelectual e moral, em situação de inferioridade perante a sociedade e as leis; ou, como querem os chamados futuristas sociais, a mulher deverá perder suas características, pois advogam uma igualdade de situação que é arbitrária e contrária à natureza.

Também trata da educação profissional, pois considerava que o progresso das indústrias simplificou o trabalho, e algumas ocupações que eram exclusivas das mulheres agora eram feitas em máquinas industriais, a exemplo da costura. E que as mulheres pobres, e também todas as que compõem a legião das solteiras, viúvas e abandonadas, que não tem o auxílio masculino e precisam prover suas próprias necessidades, necessitam de uma educação que as prepare para o futuro. “Por isso, é absolutamente preciso que os pais se compenbrem do indeclinável dever de dar profissão às filhas, como dão aos filhos. Que as nossas meninas se habilitem e preparem para ganhar o seu pão, como os rapazes, ou talvez melhor do que eles – isto é, com preparação mais sólida, embora mais restrita” (COSTA, 1931: 76).

1.2 Ana de Castro Osório (1972-1935)

Ana de Castro Osório foi escritora portuguesa, intelectual, jornalista, ensaísta, conferencista, feminista e republicana. Desenvolveu intensa campanha em prol dos direitos das mulheres, fundando o Grupo Português de Estudos Feministas (1907), a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908), a Associação de Propaganda Feminista (1911) e a Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916). Em 1908 redigiu a tese *Feminismo*, junto com Maria Veleda, para o I Congresso Nacional do Livre Pensamento.

Poucas críticas feministas no início do século XX conseguiram fazer uma denúncia tão direta relacionando os usos da educação feminina para a submissão, bem como defendendo a educação feminina como dote simbólico, como os trabalhos da escritora portuguesa Ana de Castro Osório, especialmente em sua obra intitulada *Às Mulheres Portuguesas*, de 1905³. A polifonia sobre a educação feminina que marcou esse momento apresentava vozes conservadoras preocupadas com a dissolução de costumes tradicionais, e também vozes mais progressistas, preocupadas tanto com a modernização dos papéis masculinos e femininos sem

³ A análise que a autora fez nessa obra se adequava perfeitamente à situação das mulheres brasileiras, realidade que conhecia pelos livros, pela imprensa, pelo contato com amigos, e pessoalmente entre 1911 e 1914, período que morou e trabalhou como professora no Brasil, além de exercer sua atividade de escritora.



alterar a desigualdade de gênero, como promover a garantia de direitos civis e sociais às mulheres.

Ana de Castro Osório⁴ desenvolveu intensa campanha em prol dos direitos das mulheres, fundando o Grupo Português de Estudos Feministas (1907), a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908), e a Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916), além de escrever artigos e fazer conferências sobre o tema da condição feminina, defendendo o direito à educação e ao trabalho como meios de emancipação feminina.

Ana de Castro Osório dirigia-se às mulheres de seu país, mas também às mulheres latinas de uma maneira geral, exortando-as ao estudo e ao trabalho como um meio de obterem sua liberdade, pois considerava a educação destinada às jovens mulheres insuficientes para torná-las as companheiras e as mães do “homem moderno”. Suas ideias foram bastante veiculadas no Brasil durante toda a Primeira República, seja através da imprensa, como colaboradora das revistas femininas e de jornais, seja pela publicação de suas obras destinadas ao público feminino e à educação das crianças.

Na obra *Instrução e Educação: crianças e mulheres*, publicada em 1909, a autora trata do problema da instrução em Portugal, do atraso educacional do país, com um discurso voltado principalmente para as mães. Distingue instrução e educação, sendo a primeira um ato que influi na inteligência e memória, e a segunda com influência na alma. Para a escritora, o grande problema que sofre a sociedade portuguesa é da falta de educação da mãe. Acusa os homens de tirarem a individualidade das mulheres, tornando-as irresponsáveis e perigosas. Além das mães como educadoras, a escritora conclamava as moças solteiras para o trabalho de professoras. “São exatamente essas senhoras, cheias de mocidade e de entusiasmo, livres ainda da responsabilidade de família própria, as que nos outros países mais trabalham para a grande família coletiva, as que mais dedicadamente cooperam para generalizar a educação da infância” (OSÓRIO, 1909: 36).

Por isso aconselhava as mães a orientarem a educação de suas filhas para tornarem-se independentes no futuro, dando-lhes uma habilitação especial que lhes facilitasse a existência, abrindo-lhes um campo largo para exercer a sua atividade profissional. Entre as ocupações ou profissões, a mais procurada era a do magistério, situação em que as mulheres da burguesia

⁴ Ana de Castro Osório (1872-1935) foi escritora, intelectual, jornalista, ensaísta, conferencista, feminista e republicana.



mais facilmente encontravam, oficial ou particularmente, meios de ganharem a sua vida. Embora a escritora considerasse muito ruim a situação das escolas oficiais portuguesas, dizia que era lá que as famílias burguesas tinham que fazer entrar as suas filhas, se quisessem torná-las aptas a trabalharem numa carreira oficial que mais seguramente lhes garantia o futuro (OSÓRIO, 1909: 40).

Na obra *A Mulher no Casamento e no Divórcio* (1911), a escritora aborda temas como a mulher portuguesa, o casamento, feminismo, o código civil, além de tocar brevemente na questão do dote. Destaca a importância da mulher na sociedade, apesar da ignorância em que vivia, devido o analfabetismo. Seu discurso direcionava-se especialmente às mulheres da classe média, que apesar da educação acanhada e da sua sujeição aparente, tinham uma real influência na vida das famílias, e, conseqüentemente, da sociedade (OSÓRIO, 1911: 20).

Criticava tanto o dote de casamento naquele momento, que representava uma compra da mulher, especialmente quando era dado pelo noivo, como também falava do homem que casava para viver do trabalho ou da fortuna da mulher, sendo considerado de caráter abjeto. Portanto, reprovava moralmente tanto o homem quanto a mulher que faziam do casamento um negócio, um cálculo.

É na obra *Às Mulheres Portuguesas*, de 1905, que a escritora Ana de Castro Osório expõe de maneira explícita a ideia da educação como dote simbólico. Inicia falando das incertezas pelo futuro como uma característica muito acentuada daquele momento histórico. A responsabilidade moral com a educação da infância era colocada na mulher, “seja pobre operária que mal ganha para o pão de cada dia, ou opulenta dama avergada ao peso dos seus deveres sociais” (OSÓRIO, 1905: 7). Portanto, se dirigia às mulheres, e principalmente às mulheres do seu país, que ainda eram tão insuficientemente educadas para serem as companheiras e as mães do homem moderno.

A ideia era acabar com a excepcionalidade no que tange à instrução das mulheres, e dar oportunidades iguais, julgar todos os indivíduos intelectualmente semelhantes sem distinção de sexo, aptos igualmente a estudar e progredir pelo trabalho. As mulheres podendo, assim como os homens, distinguir-se pela ciência, pela indústria, pela arte, pelo comércio, pela pedagogia, ou ficarem tão somente donas de casa – mas fazendo do seu lar a primeira e a mais nobre escola dos filhos (OSÓRIO, 1905: 18).



Argumentava que as escolas oficiais já recebiam por igual aos dois sexos e aos poucos a resistência a coeducação ia caindo, sendo poucos os que se atreviam a banir delas um indivíduo que as queira frequentar sob o pretexto da diferença do sexo. Outro argumento em favor da instrução das mulheres era a maior receptividade em relação às novas profissões ocupadas pelas mulheres. Dizia que antes, quando a mulher pensava em sair do anonimato da sua missão caseira, tinha apenas por campo aberto à sua atividade, a literatura, visto que era a única profissão onde o talento e o estudo individual dispensavam a educação preparatória. Mas naquele momento, “toda a gente aceita uma senhora que tem a profissão de médica, pintora, escultora, engenheira ou professora, tudo que requer habilitações e estudos públicos, e que lhe tinham ensinado a crer que nunca poderia atingir por falta de gênio criador e persistência no estudo” (OSÓRIO, 1905: 19).

Ana de Castro endurecia o discurso ao dizer que só no trabalho a mulher portuguesa poderia encontrar a sua carta de alforria. Não no trabalho esmagador, exercido como castigo, mas no trabalho que enobrece o espírito, que dá o belo orgulho dos que só contam consigo e nunca foram um peso para ninguém (OSÓRIO, 1905: 21).

Não há pai que não aspire a deixar nas mãos de suas filhas, senão um dote em dinheiro – cada vez mais difícil de juntar honestamente, com as necessidades sempre crescentes da vida moderna – pelo menos um dote em educação e aptidões de trabalho que as ponha ao abrigo de toda a servidão. (OSÓRIO, 1905:22 grifos nossos).

Essa era a luta constante de Ana de Castro em seus escritos, defender a educação da mulher, dando-lhe meios de poder auferir com o seu trabalho o suficiente para a sua sustentação, quando sozinha, e ser uma auxiliar do marido que não possui os meios necessários para prover as despesas da família, tornando-se um ser livre, apta a escolher por si mesma o caminho a seguir na vida. Era a isso que chamava de feminismo, e não “em por gravatas e colarinhos de homens, que se podem usar como prova de simplicidade ou de extravagância, mas nunca como afirmação de opiniões” (OSÓRIO, 1905: 46).

A tese da autora em relação a educação feminina tinha como foco principal as mulheres da classe média, a pequena e média burguesia, as quais, tanto por seu valor numérico e social, deveriam ser as principais impulsionadoras das mudanças sociais, como as mães educadoras.

É a classe média, a mais numerosa e nacionalizada, a mais apegada a preconceitos e tradições, que vamos buscar o nosso exemplo, porque: -o povo operário, caminhando revoltoso e tumultuosamente para o futuro; o dos campos, muito perto ainda do primitivismo animal; a alta burguesia e os restos desmantelados das



velhas aristocracias, despaizadas pela educação e pela existência só de luxo e egoísmo – não podem fornecer os elementos comprovativos para a nossa tese (OSÓRIO, 1905: 114-115).

O casamento não deveria ser a única expectativa das mulheres, pois este já não era tão fácil de se realizar, com exceção das ricas, pois “as raparigas com dote raro *ficam para tias*, porque o assédio é de tal maneira apertado que o triunfo heroico do casamento não se faz esperar” (OSÓRIO, 1905: 199). Mais uma vez o discurso da escritora se voltava para as mulheres da classe média, para a mulher sem fortuna, cuja educação até aquele momento não a tornava superior pela inteligência cultivada, nem apta a ser independente pelo próprio trabalho.

1.3 Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)

A escritora fluminense Júlia Lopes de Almeida⁵, árdua defensora da educação feminina, argumentava em prol da necessidade do trabalho feminino em várias profissões remuneradas, desde que fossem em auxílio da família e não entrasse em concorrência com os homens. Oriunda de uma família burguesa, a escritora estava comprometida com a estrutura social vigente e com os valores burgueses.

Oriunda de família burguesa, criada entre livros e rendas, pertencente à aristocracia ascendente e tendo se casado com o escritor português Filinto de Almeida (1857-1945), Júlia, como mulher, estava comprometida com a estrutura social vigente, compartilhando os valores da burguesia em ascensão. Sua obra ficcional está marcada pelo compromisso com a mulher classe média, educada, burguesa, idealista e ambiciosa por um espaço que a reconheça como cidadã e pessoa (MOREIRA, 2003: 78).

O aparecimento da mulher em algumas profissões que durante séculos foram inacessíveis para as brasileiras, pois dependentes do curso superior, reforçava o argumento em defesa da capacidade intelectual feminina. A defesa da compatibilidade da educação e do trabalho feminino com os deveres domésticos expressava a tentativa de ligação entre o discurso liberal capitalista e a mentalidade patriarcal, em que as atividades das mulheres de classe média e alta não deviam afastá-las de seus papéis sociais de mães e donas de casa, no máximo seu trabalho remunerado sendo complemento, e em atividades que não prejudicassem o tempo dedicado à família. A preparação profissional das mulheres de classe média,

⁵ Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) ao longo de sua carreira literária escreveu em diversos jornais e revistas femininas, publicou vários romances, foi membro da Federação pelo Progresso Feminino. Foi casada com o escritor português Filinto de Almeida.



especialmente, podia funcionar também como uma reserva para o mercado de trabalho, como uma força de trabalho mais barata para setores específicos como o de comércio e serviços.

A escritora Júlia Lopes de Almeida destacava em seus artigos na imprensa feminina a defesa da educação da mulher, assim como vinha fazendo em seus livros de ficção de forte caráter pedagógico. D. Júlia, como era conhecida entre os amigos, rebatia o pensamento corrente de que a elevação intelectual da mulher a afastaria do lar e de suas funções maternas, explicando que era justamente pelo bem da família que a mulher necessitava de desenvolvimento intelectual. Considerava que a educação de “pudim e agulha” acrescida a de “piano e valsa”⁶, com algumas noções dos conhecimentos humanísticos, era insuficiente para o desenvolvimento intelectual das mulheres e o exercício dos deveres que a sociedade exigia das mesmas.

*Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestrutivelmente, no espírito de seu filho, o sentimento de ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos (...) Uma mulher ignorante, ou fútil, não pode ser uma mãe perfeita. (...) banida do convívio espiritual do homem, como pode a mulher bem educar o homem?*⁷.

Por mais que o ideal fosse o chefe de família sustentar esposa e filhos só com o seu trabalho, os argumentos em prol do trabalho feminino sempre apontavam a carestia de vida cada vez maior que obrigava o homem a aceitar a ajuda das filhas ou esposa. Na opinião da escritora, mesmo aquelas mulheres que não precisavam trabalhar para ajudar a família, por serem abastadas, não deviam conservar-se inúteis e ociosas, vivendo do rendimento dos outros.

Na obra *Livro das Noivas*, de 1896, defende que todas as mulheres devem ter uma profissão, pois nem sempre poderão contar com o amparo do pai ou do marido, a exemplo das órfãs e das viúvas. Para estas mulheres, ter uma instrução que as habilitasse a ganhar a vida honestamente, era uma questão social de primeira ordem. Apontava algumas atividades que podiam ser compatíveis com sua condição social, se pertencentes à classe média, a exemplo do comércio, tipografia, telegrafia, gravura, farmácia. A importância de possuir uma boa instrução estará também em obras como *A Falência* (1901) e *Correio da Roça* (1913).

⁶ Expressão utilizada pela romancista Júlia Lopes de Almeida em artigo para a revista *A Mensageira*, de 15 de outubro de 1897, p. 3.

⁷ Revista *A Mensageira*. “Entre Amigas”, 15 de outubro de 1897, ano I, n. 1. p. 3.



Considerações Finais

A educação superior para as moças ricas era vista como um adorno dos “dotes naturais”, e não como instrumento para o exercício de uma profissão e emancipação. As mulheres de classe média se situavam entre os discursos que apontavam a educação como seu novo dote, para “arranjar marido” ou para substituí-lo em caso de necessidade. Já as mulheres pobres, precisavam lutar sozinhas pelo seu “dote de cada dia”, pois sua sobrevivência dependia do seu trabalho.

As novas oportunidades educacionais e a expansão do setor de serviços propiciaram uma ampliação do acesso feminino à educação e ao mercado de trabalho, especialmente para as mulheres das camadas médias. O acesso aos cursos secundário e superior representava ascensão social para as moças de classe média e oportunidade de realizarem bons casamentos ou obterem melhores empregos. As trabalhadoras pobres continuavam a ocupar os postos nas fábricas, no trabalho doméstico ou de ambulantes.

Muitos setores sociais acreditavam que o “mundo do trabalho” era uma ameaça à honra feminina e que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, pois não seria mais uma esposa cuidadosa com a casa e o marido e muito menos uma mãe presente na criação e educação dos filhos. Além disso, os críticos apontavam o risco de se tornarem solteironas, afirmando que a mulher que desejava um esposo não era a mulher que procurava um emprego.

A escolarização foi um instrumento nas estratégias de mobilidade social das classes trabalhadoras e de reprodução das famílias burguesas que pretendiam dotar as suas filhas com uma bagagem escolar como uma forma de superar a ausência de dote material. No Brasil e em Portugal, com a feminização de algumas profissões e a entrada das mulheres das camadas médias e altas nos cursos de Direito e Medicina, mesmo que em muitos casos estes diplomas servissem principalmente para negociar melhores pretendentes no mercado matrimonial, o “dote intelectual” era capaz de atrair pretendentes mais qualificados social e economicamente.

Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **“O Dote é a Moça Educada”**: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. São Luís: EDUEMA, 2012.



BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade**: reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.

COSTA, Emília de Sousa. **A Mulher. Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1923.

_____. **A Mulher Educadora**. Lisboa: Edições Universo, 1945.

_____. **A Mulher no Lar**: a arte de viver com economia. 3. Ed. Lisboa: Empresa nacional de Publicidade, 1931.

ESTEVES, João. Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1ª década do século XX, **Penélope**, n. 25, 2001, pp. 87-112.

MOREIRA, Nadilza M. de Barros. **A Condição Feminina Revisitada**: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

NOGUEIRA, Carlos. Emília de Sousa Costa: educação e literatura. **Revista Lusófona de Educação**, 23, 2013, p. 159-178.

OSÓRIO, Ana de Castro. **Às Mulheres Portuguesas**. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.

_____. **Instrução e Educação**: crianças e mulheres. Lisboa: Livraria Editora, 1909.

_____. **A Mulher no casamento e no divórcio**. Lisboa: Guimarães & Cia. Editores, 1911.